

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A SALA DE AULA E O MEIO DIGITAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

LINGUISTIC PREJUDICE: THE CLASSROOM AND THE DIGITAL TOOL IN THE LINGUISTIC POLICIES AREA

Leandro Ferreira dos Santos (UNAMA)¹

Gessica Guimarães de Maria (UNAMA)²

Welton Diego Carmim Lavareda (PPGL-UFGA/UNAMA/FIBRA)³

RESUMO: Trata-se de uma proposta que visa analisar o preconceito linguístico mergulhado em dinâmica de causalidades, em especial, no âmbito das práticas, crenças e gestão da língua. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Marcos Bagno (2017; 2009), Xoán Lagares (2018) e Bernard Spolsky (2004; 2009) no quadro dos estudos da Sociologia da Linguagem. Almeja-se, com este artigo, observar a constituição de um regime de gerenciamento linguístico, a partir do mapeamento de enunciados transversais, instituidor de uma discursivização excludente no que diz respeito ao uso de uma determinada variedade linguística. Considera-se, por fim, que a complexidade de determinados conflitos linguísticos produz também a emergência de várias tensões discursivas as quais atravessam, de certa maneira, o uso real do português brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito linguístico. Política Linguística. Sociologia da linguagem. Português brasileiro.

ABSTRACT: This study has with purpose to analyse the linguistic prejudice immersed in casual dynamics, especially, in the sphere of practices, beliefs and tongue management. For this target, we considered the methodological theoretical framework from Marcos Bagno (2017; 2009), Xoán Lagares (2018) e Bernard Spolsky (2004; 2009) in sociological studies of language context. It's aimed with this article to observe the advent of a linguistic management regime, upon the mapping from transversal utterances, regime which is founder of a excluding discursivization with regard to the handling from specific language varieties. We consider, finally, that the complexity of particular linguistic conflicts produce also the arise from several discursive tensions which pass through, of some way, the real using of Brazilian portuguese.

KEYWORDS: Linguistic Prejudice. Linguistic Policy. Sociology from Language. Brazilian portuguese.

¹ Acadêmico do Curso de Letras da Universidade da Amazônia (UNAMA). Bolsista de iniciação científica (residência pedagógica-UNAMA). E-mail: prsantosleandro@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Letras da Universidade da Amazônia (UNAMA). Bolsista de iniciação científica (residência pedagógica-UNAMA). E-mail: gessicaguimaraes20@gmail.com

³ Doutorando Estudos Linguísticos (Área de concentração: Análise do Discurso) pela Universidade Federal do Pará (UFGA-PPGL), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do Grupo de Estudos Mediações e Discursos na Amazônia - GEDAI/CNPq e do Grupo de Estudos Culturais na Amazônia - GECA/CNPq, vinculados à Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). E-mail: diego.lavareda@hotmail.com

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

A formulação de um cenário para se pensar preconceito linguístico na modernidade recente, dentro de um palco múltiplo de análise de materialidades requer, antes de tudo, que se deixe bem demarcado em que contexto estamos inseridos. Afinal, é impossível pensar a sala de aula de hoje em dia sem uma conexão precisa com as emergências históricas do professor do século XXI. Falamos aqui das mudanças avassaladoras de natureza econômica, política, tecnológica, cultural e social, em um mundo de complexidades, inseguranças, ambiguidades, instabilidades e, em última instância, de vertigens contínuas sobre modos de vida legítimos, conhecimentos válidos etc.

Talvez aqui esteja um dos itens motivadores desta pesquisa que, conectado com muitos debates provenientes da Sociologia da Linguagem, despertaram em nós o interesse de um mergulho teórico mais aprofundado sobre performances linguísticas em consonância com o conceito de glotopolítica. A partir desta premissa, inclusive, entendemos que “[...] a dimensão ética e política do estudo está sempre em evidência, e o pesquisador é obrigado a prestar atenção às implicações ideológicas de suas opções teóricas e metodológicas e aos efeitos sociais de suas propostas” (LAGARES, 2018, p. 10).

Posto desta forma, o presente artigo visa analisar o preconceito linguístico mergulhado em uma dinâmica de causalidades, em especial, no âmbito das práticas, crenças e gestão da língua, norteando os seguintes objetivos específicos: a) mapear situações de multilinguismo em diferentes gêneros discursivos; b) observar de que maneira o preconceito linguístico atravessa essas situações; e c) identificar possíveis processos de resistência nas ações de gerenciamento do português brasileiro na web.

Portanto, sem esquecer que as variedades linguísticas têm diferentes valorações no contexto social, este trabalho está constituído de dois núcleos estruturantes, afora as considerações iniciais e finais, a saber: o primeiro, de natureza teórica, no qual apresentamos a noção de política linguística adotada; e o segundo, de natureza empírica, em que aparecem as análises realizadas entre o ambiente escolar e o meio digital.

2 DIÁLOGO TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 A POLÍTICA LINGUÍSTICA E SUAS INTERFACES

A “[...] Política Linguística é feita de escolhas” (SPOLSKY, 2009, p. 05). Seja essa opção sobre a variação que utilizar em um contexto social, seja em uma escolha de qual língua apropriar-se para um contexto multilíngue. Em se tratando de multilinguismo, esta pesquisa traz como dimensão a sala de aula

e os meios digitais para uma discussão desse cenário de variações linguísticas existentes no dialeto brasileiro desde a gênese humana.

A política linguística possui um caráter externo e interno, quanto ao primeiro, segundo Hamel (1988), desenvolve-se a partir de um contexto de multilinguismo o qual busca definir os usos e funções de caráter público de cada uma das línguas manuseadas no contexto de aplicação da política. Ao que se refere ao uso interno, Hamel (1988) faz menção aos processos de elaboração em que Calvet (2007) referiu-se como instrumentos da política linguística, ou sobre ação o corpus da língua.

Percebe-se, portanto, que sempre houve a presença de uma sistematização conflituosa de princípios linguísticos em dada ordem social. Entretanto, pensando em Políticas Linguísticas no âmbito acadêmico verificamos que é um estudo relativamente novo, um objeto de pesquisa recente, pois só ao fim da Segunda Guerra Mundial, autores, como Richard Baldauf Jr. (2004) e Thomas Ricento (2000) definiram como referencial histórico os estudos da “engenharia da língua” que antecedeu a origem da “Política e Planejamento Linguístico” que ocorreu ao final dos anos 60, período este em que identificamos o declínio colonial europeu, o surgimento de novos Estados-nação (e.g. Argélia, Nigéria) e, ao mesmo tempo, uma outra lógica para a dimensão colonialidade-modernidade.

Os estudos de política e de planejamento linguístico abordam em uma de suas vertentes a Política Linguística, que por sua vez, “[...] vem obtendo diferentes mudanças em seu escopo de análise as quais representam os paradigmas epistemológicos vigorantes em cada período” (cf. RIBEIRO DA SILVA, 2013).

Por um determinado momento a resposta para a pergunta sobre o que viria ser Política Linguística se limitava à definição de gramáticas, ortografias e dicionários, como exposto por Einar Haugen, em 1959 (cf. JERNUDD; NEKVAPIL, 2012); em um outro momento, essa definição se expande e é determinada como um construto social, ou seja, está diretamente envolvida a outros elementos, como o sistema de crenças, atitudes e mitos que Harold F. Schiffman (1996) definiu como cultura linguística. Apesar do autor sobrepor a noção de políticas linguísticas com a de cultura linguística, proporcionou uma percepção de políticas linguísticas implícitas e explícitas, entretanto, recentemente algumas noções de política linguística trazem características multidimensionais, como as desenvolvidas por Spolsky (2004; 2009) e por Johnson (2013), os quais oferecem concepções inovadoras de análise, a exemplo: o estudo não apenas das políticas linguísticas oficiais (geradas no âmbito governamental), mas das crenças e práticas das comunidades de fala e da pesquisa do desenvolvimento da criação, interpretação, implementação e instância das políticas linguísticas.

Bernard Spolsky (2004; 2009) e David Johnson (2013) caracterizaram algumas noções de políticas linguísticas como multidimensionais, pois trouxeram perspectivas de outras análises que vão para além

dos exames das políticas linguísticas oficiais (desenvolvidas no âmbito das instituições governamentais), colocando também em consideração as crenças e as práticas de comunidades de fala, examinando o processo de criação, implementação, interpretação e a instância das políticas públicas.

A definição de Bernard para política linguística, por exemplo, “[...] inclui três (3) componentes independentes, embora inter-relacionados” (SPOLSKY, 2004, p. 17).

[...] O primeiro deles é o das práticas reais dos membros de uma comunidade de fala, que definem uma política “real”, ao descrever as escolhas em relação às variantes e aos usos que os falantes fazem e que marcam a adequação ou a alienação em relação à comunidade. O segundo componente, estreitamente ligado ao anterior, seria o dos valores atribuídos pelos membros de uma comunidade de fala a cada variedade e variante e suas crenças em relação à importância destes valores. Esses valores podem constituir ideologias, entendidas como combinações de valores mais elaborados e compartilhados por certos membros da comunidade. O terceiro componente, o do planejamento, que ele prefere chamar de gestão, é por ele definido como os esforços de alguns membros da comunidade de fala que têm ou acreditam ter autoridade sobre outros membros para modificar as práticas linguísticas deles, assim como para forçá-los ou encorajá-los a usar uma variedade diferente ou mesmo uma variante diferente (LAGARES, 2018, p. 28).

Deste ponto de vista, o objetivo de uma teorização de Política e Planejamento Linguístico (doravante PPL), seria tentar explicar as escolhas, de acordo com Spolsky (2009), com base nos padrões estabelecidos em convênio com as determinações performáticas da comunidade linguística e que em muitas ocasiões são resultados dos esforços conscientes dos gestores (language managers) para manter o controle sobre os usos. Ou seja, se levarmos em consideração o “estágio de caos verbal” da sala de aula ao meio digital, por exemplo, as variedades de língua que são agenciadas com o auxílio de uma suposta “elite letrada” dentro desta contextualização, têm um perfil mais sociológico e político do que estritamente linguístico.

Acontecimento discursivo ratificador da escolha de uma conceituação de política linguística pela qual se compreende que o processo PPL na modernidade recente, instaurou um policiamento de língua que tem como origem decisões de uma relação de poder soberana e, ao mesmo tempo, que é fundamental ir além das políticas linguísticas oficiais, oferecendo, por conseguinte, outras perspectivas de análise. Socorro Cláudia de Souza & Maria Elias Soares (2014), fundamentadas nos princípios de Bernard Spolsky, afirmam que...

[...] a visão de política linguística desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012) promove a compreensão de que políticas linguísticas: a) são realizadas em diferentes níveis da língua, desde uma dimensão relacionada a um micro nível até um macro nível (e.g.: “Pronuncie essa palavra corretamente!” ou “Não use esse dialeto. Use a língua italiana”); b) operam em comunidades de fala de diferentes tamanhos (e.g.: família, escola, igreja, ambiente de trabalho, cidades); c) podem ser implícitas, mas podem ser analisadas nas práticas e nas crenças dos falantes; d) envolvem uma gama de fatores linguísticos como também não linguísticos (e.g.: políticos, demográficos, religiosos, culturais, psicológicos, econômicos...). (SOUSA; SOARES, 2014, p. 103).

2.2 BONACINA-PUGH: CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL EM MOVIMENTO

Para elucidar mais ainda o cenário de análise dentro das movências históricas sobre o conceito de preconceito linguístico, consideramos uma ‘distinção clássica’ do campo da Sociologia da Linguagem, segundo Xoán Lagares (2018, p. 29), “[...] entre comunidade linguística, que se define politicamente e compreende a presença de diversas variedades, e comunidade de fala, entendida como uma rede de inter-relações linguísticas mais estreita, formada por grupos menores como uma família, uma pequena cidade”.

De modo que fique claro na definição dessas comunidades a noção de âmbito de uso (domain) como um espaço concreto de inter-relação, tais como família, uma escola, um bairro, uma igreja, um lugar de trabalho, um nível de gestão administrativo etc. Esses âmbitos são definidos de acordo com três aspectos:

[...] a) os participantes são percebidos a partir de seus papéis sociais e de suas relações (e não como simples indivíduos concretos); b) o local, que põe em conexão a realidade física e social; c) e, por último, os tópicos que podem ser abordados e que são considerados apropriados para aqueles participantes naquele lugar concreto.

Para Spolsky, cada um desses âmbitos teria a sua própria política, autônoma em certo sentido, mas também influenciada por forças externas a ele (LAGARES, 2018, p. 29).

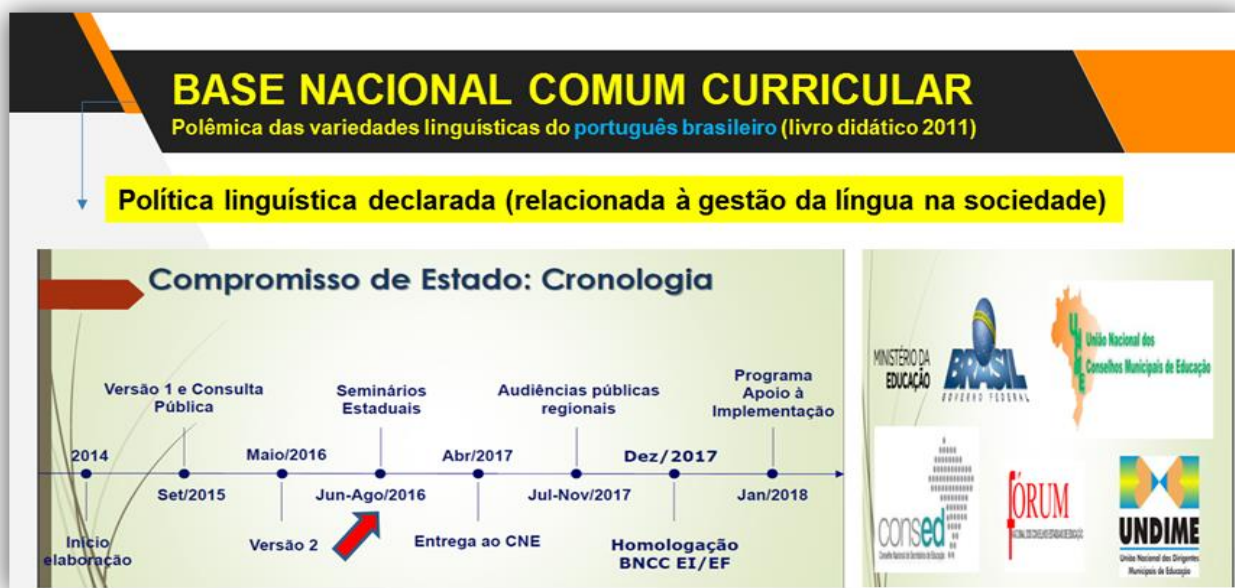
Logo, partindo do modelo tripartite de PPL alinhado por Bernard Spolsky, que posteriormente foi melhor caracterizado por Bonacina-Pugh (2012) como políticas linguísticas declaradas (relacionadas à gestão da língua), políticas linguísticas percebidas (relacionadas às crenças) e políticas linguísticas praticadas (relacionadas às práticas), no tópico posterior, traremos para reflexão alguns enunciados que ampliarão esta operacionalização conceitual.

3 ANÁLISE DOS DADOS

As condições de existência em que os enunciados do nosso corpus de pesquisa foram produzidos já indicavam, no período do mapeamento das materialidades, que uma determinada força de gestão institucional sempre tentou inserir na mente das classes “populares” uma disciplina linguística. A qual precisava ser acompanhada de uma aprendizagem socializada pela instituição escola, onde os ideais de “civildade”, “bem falar”, “bem escrever”, funcionariam também como um dispositivo de controle do discurso.

Uma política linguística declarada (relacionada à gestão da língua), portanto, é evidente, isto é, vê-se aqui os esforços realizados por um sujeito, ou por um grupo, ou por um governo, enfim, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas ou as crenças dos participantes de um dado domínio social (família, igreja, grupo de resistência popular...). Acontecimento materializado, por exemplo, na Figura 01.

FIGURA 01 – POLÍTICA LINGUÍSTICA DECLARADA



Fonte: LAVAREDA, W. 2019.

Se partirmos das condições de possibilidades históricas inscritas na Figura 01, é possível observar a polêmica das variedades linguísticas do português brasileiro devido à avaliação dos livros didáticos realizada pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) em maio de 2011, os quais eram destinados aos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), evidenciando um alarido por parte da imprensa, bem como de parte da comunidade acadêmica.

Frases como “Nós pega o peixe”, “os menino pega o peixe”, “Mas eu posso falar os livro” e outras que transgridam a norma culta, publicadas no livro *Por uma Vida Melhor*, aprovado pelo PNLD e distribuído em escolas da rede pública pelo MEC, causaram a indignação de jornalistas, professores de língua portuguesa e membros da Academia Brasileira de Letras. (CARRÉRA SZUNDY, 2011).

A obra “*Por Uma Vida Melhor*”, a qual está em apreço, não possui incentivo algum ao não uso da norma culta da língua, mas sim, um capítulo que direciona o alunado a tomar um texto que não está na norma culta da língua e a reescrevê-lo, utilizando a norma padrão. Portanto, o livro ensina a fazer

exatamente aquilo que os demais livros didáticos se propõem a fazer, mas não da mesma forma que os materiais didáticos tradicionais o fazem, que é tentar ensinar diretamente a “norma culta”, isto é, a proposta da obra “Por Uma Vida Melhor” era ensinar a não ridicularizar a forma que o aluno fala, propondo-se a entender primeiramente a performance linguística de cada um, para depois, a partir disso, ensinar a norma padrão da língua; levando em consideração que, dentro desse viés, é muito mais eficiente dar ao aluno uma compreensão da língua que ele fala para que em seguida possa ensinar a norma culta, o que evidencia uma mudança no modo de ensino proposto pela BNCC, mostrando um meio de gestão da língua.

Uma vez que uma política linguística é declarada, é possível perceber no cenário social muitas manifestações que buscam policiar e regular a língua, e isso envolve tanto o vocabulário quanto a escrita. A exemplo dessa política linguística praticada, registrou-se no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2014, a publicação da cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, a qual tratava a respeito de questões de preconceitos presentes no dia a dia, a fim de evitar diversas manifestações de discriminação, as quais poderiam envolver diferentes naturezas ao utilizarmos a língua. Nessa cartilha, consta um glossário com noventa e seis expressões que devem cair em desuso em nosso cotidiano, a exemplo disso, registrou-se este fragmento:

“Analfabeto – Condição de quem não sabe ler nem escrever, alvo de grande preconceito e discriminação social no País, o que é sintetizado, por exemplo, na frase “Vá estudar para ser alguém na vida!” Em geral, quem agride os analfabetos costuma responsabilizar a pessoa que não teve a oportunidade de ir à escola e não à sociedade que lhe negou tal oportunidade. Segundo o Censo 2000 do IBGE, 16,7% da população brasileira acima de cinco anos, ou quase 26 milhões de pessoas, são incapazes de ler e de escrever um bilhete simples. Formam um contingente especial de excluídos da cidadania, com menos direitos políticos (não podem ser eleitos a cargos públicos) e menos acesso a empregos e benefícios sociais.” (QUEIROZ, 2014, p. 07).

Após pouco tempo do lançamento dessa cartilha ela foi suspensa. As críticas relacionadas ao material apontavam um determinado “autoritarismo do material”, bem como o exagero de certos termos e expressões, como é o caso da expressão “barbeiro” e “caipira”. O caso da expressão “barbeiro” é um exemplo da tentativa de policiar a língua. A orientação dessa cartilha é que esse termo é ofensivo ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar barba porque é informado que “[...] uso da expressão no sentido de motorista inábil, obviamente é ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar barba” (QUEIROZ, 2004, p. 06).

Destaca-se também como exemplo dessa política praticada no Brasil é a Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a qual determina o uso obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas:

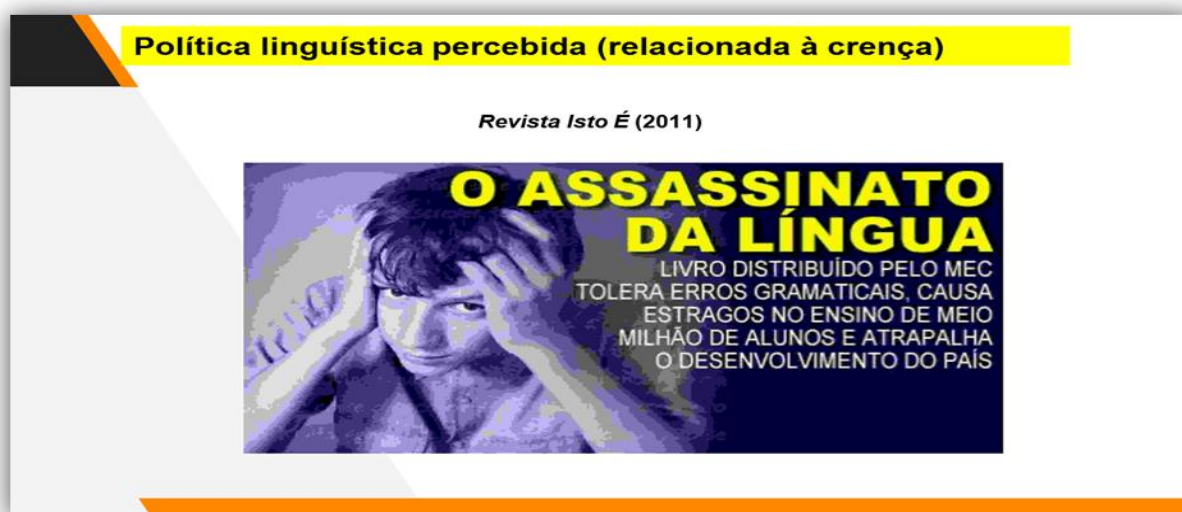
As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido. (Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012).

Pode-se afirmar que essa lei permitiu a adaptação da “língua” ao contexto social das mulheres que estão no mercado de trabalho, dessa forma, manifesta-se por meio de uma política linguística declarada, um outro padrão que pode ser estabelecido (ou reconhecido) como dinâmica de um avanço social do nosso patrimônio linguístico.

A partir dos exemplos acima, ratifica-se a manifestação de políticas declaradas, tendo em vista que nesses casos são perceptíveis os esforços realizados por um sujeito, ou por um grupo, ou por um governo, enfim, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas ou as crenças dos participantes de um dado domínio social, conforme já até anunciado anteriormente.

Em consonância com as análises acima, falamos agora de uma política linguística percebida (relacionada à crença), materializada nos posicionamentos da Revista Isto é (Figura 02), ou seja, é estabelecido ideologicamente um consenso para a comunidade de fala do meio digital em relação ao valor do patrimônio linguístico “padrão” em detrimento do uso de alguma língua real ou outra manifestação que não seja o cânone. Rede de memória imbricada com uma política linguística praticada (relacionada ao dia a dia), Figura 03, legitimadora, de certa forma, da política linguística declarada pelo dispositivo educacional brasileiro desde as primeiras ações no ano de 2014.

FIGURA 02 – POLÍTICA LINGUÍSTICA PERCEBIDA



Fonte: LAVAREDA, W. 2019.

FIGURA 03 – POLÍTICA LINGUÍSTICA PRATICADA



Fonte: LAVAREDA, W. 2019.

Vale lembrar, se movimentarmos um pouco a história do nosso idioma, que o diretório pombalino, o qual foi assinado no dia 3 de maio de 1757 pelo Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, serve como discussão sobre a difusão e implementação da língua portuguesa. Documento composto por 95 parágrafos que contém a definição explícita da política linguística a qual foi implantada pelos novos agentes responsáveis pela “secularização” do monopólio sobre povos indígenas do Norte brasileiro.

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois, todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (ALMEIDA, 1997, Apêndice, p. 3 – grifo nosso).

O grifo evidencia uma repreensão do Marquês aos diretores indígenas, proibindo-os de usar as suas línguas nativas e que fizessem todo o empenho para o uso apenas da língua portuguesa, isto remete-se ao que Calvet (2007) designou de política linguística *in vitro*, o que configura o status da língua em uma ação de planejamento linguístico – independente do grau de distância do que se é planejado e o que se configura *in vivo*.

A partir dessa historicidade do percurso linguístico nota-se a política linguística percebida, a qual foi demarcada em todo esse trajeto de construção e desenvolvimento do país. Visto que, desde o período colonial implantou-se a idealização (“invenção”) de uma única fala, de uma homogeneidade da língua através da imposição, o que não está tão distante dos dias atuais, como destacado no episódio ocorrido na Revista Isto É em 20 de maio de 2011 (Figura 02). Afinal, a revista traz em sua manchete o título “Assassinato da língua portuguesa”, o que nos dá indícios de uma ideologia errônea sobre o que seria, de fato, o português brasileiro. A revista faz críticas como: “[...] a obra vai condenar esses jovens a uma escuridão cultural sem precedente”. – a norma culta é a única que pode retirar as pessoas da situação de acultramento; “Ao dificultar o aprendizado da norma correta, os professores da ignorância terão criado uma espécie de ‘apartheid linguístico’ [...]” – a norma culta retira as pessoas da ausência de conhecimento; “Livro distribuído pelo MEC que tolera erros gramaticais como ‘os livro’ e ‘nós pega’ causa estragos no aprendizado de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do país” – a aprendizagem da norma culta promove o crescimento de uma nação; “[...] Tente conseguir um emprego falando ‘nós vai’ e você certamente terá suas chances reduzidas a zero” – a aprendizagem da norma culta promove a ascensão social.

Outrossim, o que causa maior caos em todo esse contexto levantado pela revista, é a divulgação dessas crenças que deixam o preconceito linguístico explícito, o qual desconsidera completamente a existência das variedades e que propaga a crença de que na sala de aula e no ensino do português não existe um espaço para “ensino sobre a língua”, por conseguinte uma diversidade linguística, entretanto há espaço para o “ensino da língua”, ou seja, a “língua de prestígio” (GRIGOLETTO, 2012).

O que parece cabível discutir é se princípios de linguística devem ser abordados num livro que não se destina a alunos de letras, em que a linguística é disciplina essencial. Esse é o verdadeiro debate. (SOUSA; SOARES, 2014, p.107)

Ao analisarmos os exemplos propostos é notório uma lacuna entre conhecimentos da ciência linguística e conhecimentos ensináveis, mesmo com discussões para uma modificação de “certo” e “errado” por “adequado” e “inadequado” inseridos no discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, que, no que lhe concernem, declaram que se deve “conhecer

e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico” (BRASIL, 1998, p. 33).

No mesmo viés das políticas linguísticas percebidas, é possível ver as políticas linguísticas praticadas, as quais são as escolhas da língua que os membros de uma dada comunidade de fala realizam em seu dia a dia, tais como: a escolha de uma dada variedade específica para realizar uma determinada função comunicativa, a escolha de uma variante linguística para se adequar ao interlocutor, a escolha de que variedade usar para mostrar ou “esconder” uma dada representação, dentre outras, como já foi mencionado neste artigo.

A respeito disso, é possível visualizar que por causa dessa escolha de uma língua que na maioria das vezes é feita a partir da gramática normativa, comumente, é ironizada nas redes sociais, a exemplo do Facebook, que mostra em suas postagens as variedades linguísticas tão presentes no território brasileiro - o que é resultado de diferenças de estratos e grupos sociais, regiões e contexto comunicativo, sendo alvo de preconceitos. Ainda que o conhecimento a respeito dessas diferenças seja evidente, é possível perceber esse tipo de manifestação. Portanto, é evidente que esse tipo de preconceito sai da sala de aula e adentra aos meios digitais, e do mesmo modo como as pessoas “aprendem” no meio escolar uma única maneira de falar/escrever a língua portuguesa, elas esperam que isso se concretizem nos meios digitais, mas quando isso não ocorre, é possível ver a aparição do preconceito linguístico nesse meio.

Algumas páginas e canais na internet sobre esse assunto, estas por exemplo: “Odeio quem fala/escreve errado”, “Dicas para falar certo”, “Dicas de Português” e “Como falar certo”, entre outras, são votadas às pessoas que têm necessidade de aprender a norma padrão, algumas por necessidades de realização de provas, outras, de entrevistas de emprego e coisas afins, e elas são muito úteis para essas pessoas que possuem necessidades imediatas em relação à norma culta, no entanto as mesmas páginas que são auxiliadoras desses indivíduos também, em alguns momentos, apresentam legendas que evidenciam a manifestação do preconceito linguístico, principalmente quando são compartilhadas em redes sociais, voltadas a pessoas que já perderam a paciência com quem “gosta” de escrever/falar errado, o que, ao nosso ver são manifestações de políticas linguísticas praticadas no dia a dia, pois esses indivíduos que agem assim fizeram a escolha de uma variedade para o seu dia a dia e a tem como a adequada, fomentando, assim, o preconceito linguístico brasileiro, bem como fortalecendo o ciclo de intolerância linguística, pois esses compartilhamentos tornam-se motivos de risos e conseqüentemente fortalece essa prática por quem o vê como uma simples brincadeira em detrimento da vergonha alheia.

De certo, percebe-se que a Base Nacional Curricular legitima de alguma maneira esse tipo de política linguística, uma vez que a é partir daquilo que está proposto nela que as pessoas tentam fazer suas escolhas vocabulares e de escrita as quais começam na sala de aula até chegar à internet. Posto isso, é

estabelecido um padrão hierarquizador para a língua a fim de realizar um determinado gerenciamento linguístico, sem levar em consideração maneiras diferentes de falar em todo território nacional.

Enquanto os internautas brasileiros e demais falantes da nossa língua não compreenderem a vasta dimensão de nosso patrimônio imaterial, sobretudo, como uma prática social a qual envolve acontecimentos de ordem não homogênea, esse tipo de preconceito em apreço há de permanecer presente em nossa sociedade.

O que é mais grave é que não há mais o desconhecimento por parte de alguns setores da mídia de que o nosso patrimônio linguístico real é constituído de variedades. Por outro lado, é difundida a crença de que a escola e as aulas de português não têm espaço para o ensino sobre a língua e, conseqüentemente, para a diversidade linguística do nosso povo. Esses acontecimentos atravessam o preconceito na língua, fazendo com que alguns indivíduos se sintam humilhados ou intimidados com a possibilidade de cometer um “erro de português”, em especial na internet, que se constitui como um dos maiores espaços de manifestação da nossa língua.

Mas os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. É o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma. Infelizmente, ainda existem muitas mulheres que se consideram ‘inferiores’ aos homens; existem negros que acreditam que seu lugar é mesmo de subserviência em relação aos brancos; existem homossexuais convictos de que sofrem de uma ‘doença’ que pode, inclusive, ser curada... (BAGNO, 2009, p.70.)

Portanto, é evidente que quando falantes de uma língua, a exemplo da língua portuguesa, fazem uma escolha linguística em um país com um território tão vasto como o Brasil, e que possui uma variedade linguística rica, mas não consegue dar o valor devido a essa variedade, pois possui uma gestão linguística que favorece e habilita uma norma padrão como superior as demais, haverá uma presença muito forte de preconceito com aqueles que não se adequam a essa prática linguística, o que evidencia uma relação específica de poder, pois há uma ação de quem se julgue a autoridade responsável de controlar as práticas e crenças de falantes de um domínio social, entretanto onde existe disputa de poder, também se manifesta uma resistência, a exemplo do que ocorre em meio ao preconceito linguístico manifestado no Brasil.

3.1 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

Michel Foucault (2010, p. 238) nos alerta que “[...] onde há poder, há sempre, resistência, sendo um coextensivo ao outro”. Daí surge talvez o ponto chave deste tópico. Afinal, no âmbito das Políticas

Linguísticas não é diferente, como mostra a Figura 04, em que a gestão linguística imposta pelo Estado analisada no tópico anterior não é onipotente, onisciente.

FIGURA 04 – FRATURA NA ORDEM DO DISCURSO

Política linguística praticada (relacionada ao dia a dia)


Comunidades indígenas usam internet e redes sociais para divulgar ...
cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009... ▼
de C Bueno - 2013 - Citado por 4 - Artigos relacionados
Lutas diárias de diversas comunidades indígenas que, agora, ganharam uma aliada poderosa: a internet. Muitos povos indígenas têm usado a rede para atingir ...

Web indígena - Povos Indígenas no Brasil - PIB Socioambiental
https://piib.socioambiental.org/pt/Web_indigena ▼
O aprendizado e a incorporação, por parte dos povos indígenas, das ferramentas da informática e da Internet como meios de divulgação de suas culturas e de ...

Brasil: Índio, Internet e Interculturalidade | Terras Indígenas no Brasil
<https://terrasindigenas.org.br/noticia/90410> ▼
No mapeamento que fez da participação indígena na Internet, Eliete encontrou três tipos de sítios: os sítios pessoais, os sítios de etnias e os sítios de ...

Programa radiofônico indígena na internet - Funai
www.funai.gov.br/index.php/.../2295-programa-radiofonico-indigena-na-internet ▼
6 de abr de 2009 - O Programa de Índio, primeiro programa radiofônico feito pelos povos indígenas, teve seu acervo recuperado e estará disponibilizado em ...

Acesso indígena à internet concilia culturas | EXAME



Fonte: LAVAREDA, W. 2019.

Poder e resistências se enfrentam, portanto, com táticas mutáveis, móveis, múltiplas, num campo de relações de força cuja lógica é menos regulamentada do que comumente pensamos. A visão multidimensional sobre política linguística não se restringe ao conceito de que o planejamento linguístico é uma tentativa de alguém modificar o comportamento linguístico de alguma comunidade por algum motivo, mas de examinar uma forma de poder mais ampla, buscando entender se os efeitos que ocorrem nos discursos oficiais, ou os “detentores” de poder, ou nas decisões oficiais (os “dominadores”), são os mesmos efeitos de dinâmica de poder que compõem os “dominados”.

As relações de poder e de saber não são uma busca de um poder soberano ou da sua origem, mas de entender seus efeitos, filigranas e caminhos. Não há um sujeito que detém o poder, mas este é o efeito ou a incidência dele. Ou seja, refere-se mais ao objetivo do poder do que de sua origem, observando de que maneira esse poder procede tanto dominando, submetendo ou subjugando quanto incitando, promovendo ou gerando essa circulação, isto é, o poder está espreado em dada ordem do discurso.

Assim sendo, para esta pesquisa, não se refere à questão de como uma dada comunidade linguística entende de política linguística estatal, mas de como esses setores reguladores se apropriam,

modificam ou operam uma outra dinâmica local da relação dos sujeitos e das línguas por meio, por exemplo, de outras representatividades. Afinal, uma indígena como candidata à vice-presidente institui todo um outro cenário positivo de pluralidade linguística em nosso território.

Daniel Dor (2004) destaca que diferente da ideia de um predomínio do inglês, como língua franca na internet, o que tem se destacado é o multilinguismo na rede. O que é economicamente mais produtivo do que ter apenas uma língua (o inglês) de forma maciça. Dor (2004), inclusive, associa esse valor econômico ao fato das empresas almejarem alcançar um público mais amplo, não apenas os usuários da língua inglesa ou outra língua, de maneira que possa passar confiança e credibilidade, já que pesquisas dentro dos perfis dos consumidores em geral apontam que estes preferem sites de compras que estão em sua própria língua, para uma maior confiança na hora do consumo. As línguas então, passam a ser comerciais, isto é, tornam-se “ferramentas mercantilizadas de comunicação” (commodified tools of communication) (DOR, 2004, p. 98), e a partir disso as políticas linguísticas digitais começam a atuar.

[...] nós já testemunhamos a emergência global de novos padrões de uso linguístico, de padronização, manutenção e variabilidade – padrões que acima de tudo atendem às necessidades do mercado de consumidores global em evolução.16 (DOR, 2004, p.98).

Na citação acima, pode-se observar que as línguas são também fonte de uma apropriação do mercado para que haja um aumento de seus consumidores para que assim se obtenha mais lucros, porém mesmo que dentro dos meios digitais esteja em atuação esse tipo de comportamento linguístico, há também outras apropriações desse multilinguismo voltadas para uma determinada resistência linguística. Ou seja, é possível que um aponto de aplicação do poder produz, como efeito potencial, a possibilidade de resistência, estando esta inscrita no interior da dinâmica das relações de poder e não no seu exterior, e uma vez que essa força de resistência é instituída, também institui-se uma outra força de política linguística declarada, percebida e praticada, isto é, também se manifestam aqueles que fazem uma escolha vocabular a partir do valor que é dado a língua, bem como uma ideia de que existe um tipo de língua que deve ser apropriada para internet, além disso surgem aqueles que acreditam que tem autoridade para mudar o uso da língua nos meios digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto aos brasileiros quanto aos portugueses e demais indivíduos que têm a Língua Portuguesa como patrimônio linguístico, esse idioma se caracteriza como um traço cultural comum. No entanto, devido à extensão territorial brasileira, os costumes de cada região e o acesso educacional desigual, é

possível perceber que existem incontáveis variações linguísticas as quais por muitas vezes são vistas de forma preconceituosa por alguns grupos sociais.

Esse preconceito, de forma generalizada, é baseado em uma desvalorização sem fundamento científico algum. A partir das emergências históricas evidenciadas pela pesquisa, é possível ver grupos que se diferenciam por suas classes sociais, sendo que o grupo discriminado apresenta aspectos que para o grupo preconceituoso são vistos como uma função social inaceitável em muitos ambientes, a exemplo da sala de aula e da internet. Assim, o grupo preconceituoso tenta impor bases teóricas com a finalidade de comprovar essa função social inapta do grupo que sofre o preconceito, o que no dia a dia vai perpetuando esse ciclo de preconceito.

É mister destacar três fatores: os usuários de variedades linguísticas que se distanciam da norma padrão, comumente, são vistos como pessoas que não tiveram o devido acesso à educação, como também preguiçosos, embora isso não seja fundamentado; os indivíduos que combatem o preconceito, os linguistas, além de sofrerem resistência dos grupos preconceituosos, também são desconhecidos, na maioria dos casos, por aqueles que sofrem tal preconceito; o grupo que sofre preconceito desconhece sua importância no papel de evidenciar as ricas variedades da língua, devido a isso acaba fortalecendo o grupo preconceituoso, além de aceitar sua própria desvalorização.

Esses três aspectos fomentam a necessidade de não apenas discutir, mas também combater o preconceito linguístico tanto em sala de aula e na academia a fim de que esse combate alcance outras esferas da sociedade, a exemplo dos meios digitais, pois, desse modo, será possível mostrar que ainda persiste grande preconceito em relação à língua portuguesa, além de desfazer os mitos que são consequentes desse cenário, a exemplo da ideia de que existe uma única forma de falar corretamente, pois embora tais sujeitos não consigam seguir a norma padrão, eles possuem um conhecimento internalizado com o qual é possível estabelecer uma perfeita interação.

Daí a necessidade de compreender, também, a língua como um fator de materialização identitária dentro de cenários multilíngues, ou seja, as variedades linguísticas da língua portuguesa se configuram como um fator que define o quão a nossa língua se constitui como um patrimônio cultural de valor inestimável, como também o que caracteriza participantes do grupo de fala da língua portuguesa. Fator esse que foi historicamente construído no extenso território nacional que temos, bem como pelo contato com outras culturas e línguas, levando em consideração também que isso faz parte de um processo contínuo e dinâmico, isto é, as variedades permaneceram se multiplicando e enriquecendo ainda mais a nossa fala.

Não só é preciso respeitar, portanto, a língua daqueles que não se adequam à norma padrão, mas também ser contrário ao preconceito linguístico, pois em um mundo de preconceitos, além de não sermos

preconceituosos, também precisamos lutar contra essa prática, na qual o preconceito linguístico desde a sala de aula até os meios digitais está incluído. Talvez desse modo haverá uma valorização da riqueza linguística de nosso país, bem como a diminuição de desigualdades, injustiças e exclusões.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos, *Marcos Bagno fala sobre preconceito lingüístico*. Acessado em: <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/entrevistas/1414-maios-bagoo-fala-sobai-paiiooiito-lioguistiio-78894042>.
- _____. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- _____. *Preconceito linguístico – o que é, como de faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BALDAUF J. Language planning and policy: Recent Trends, *Future Directions*. *American Association of Applied Linguistics*, Portland, Oregon, v.1-8, p. 1-4 Mai, 2004.
- BONACINA-PUGH, F. Researching ‘praticed language policies’: insihts from conversation analysis. *Language Policy*, 2012. pp. 213-234.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL,2007.
- CARRÉRA SZUNDY, Paula. *Polêmica em relação a erros gramaticais em livro didático de Língua Portuguesa revela incompreensão da imprensa e população sobre a atuação do estudioso da linguagem*. Acessado em: - <https://alab.org.br/blog/polemica-em-relacao-a-erros-gramaticais-em-livro-didatico-de-lingua-portuguesa-revela-incompreensao-da-imprensa-e-populacao-sobre-a-atuacao-do-estudioso-da-linguagem/>.
- DOR, D. From englishization to imposed multilingualism: globalization, the internet, and the political economy of the linguistic code. *Public Culture*, Durham, v.16, n.1, p.97-118, 2004.
- DOS Santos, Geraldo, “*Do multilinguismo generalizado ao multilinguismo localizado*”: políticas de redução da diversidade linguística na história social linguística do brasil. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1951/1417>
- FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault - em defesa da sociedade – curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010.
- GRIGOLLETO, M. Mídia e discurso sobre ensino de línguas na escolar: circulação de saber e posição-sujeito para o aluno. *Eutomia* (Recife), v. 9, p. 308-320. 2012.
- JOHNSON, D. C. Language policy. New York: Palgrave Macmilliam, 2013._____. *A hermenêutica do sujeito – curso dado no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b. pp. 221-241.

- LAGARES, Xoán Lagares. *Qual política linguística?* Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- LAVAREDA, Welton; NEVES, Ivânia. Políticas linguísticas na Cabanagem: diálogos e duelos com o Nheengatu. Revista intersecções – *Estudos sobre práticas discursivas e textuais* (ONLINE), Edição 25, ano 11, p.66-85,2018. Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/interseccoes/pdf/interseccoes-ano-11-numero-1.pdf> <https://terrasindigenas.org.br/noticia/90410>.
- PERINI, Mário. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010
- RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. *Journal of Sociolinguistics*.v.4, n. 2, p. 196-213, 2000.
- QUEIROZ, Antônio Carlos. *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: SEDH, 2004. 88p.
- RIBEIRO DA SILVA, E. A pesquisa em Política Linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. 52, v. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013.
- SCHIFFMAN, H. F. *Linguistic culture and language policy*. London/New York: Routledge, 1996.
- SOUSA DE, Socorro Cláudia; SOARES, Maria Elias. *Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil*. In: Revista de Letras, número 3, Vol. 01, jan-jul, 2014.
- SPOLSKY, Bernard. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge, 2004._____. *Language management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Artigo recebido em: 10/06/2019

Artigo aceito em: 30/07/2019